

V Convenção do Bloco de Esquerda

A ESQUERDA SOCIALISTA COMO ALTERNATIVA AO GOVERNO SÓCRATES



A V Convenção do Bloco de Esquerda afirma a construção de uma esquerda protagonista, com mais activismo, mais organização e mais acção política. Nos próximos dois anos, a prioridade do Bloco é a do reforço da luta social que responda ao governo Sócrates.

Apelando a quem recusa o liberalismo económico e criando novos diálogos e plataformas para a modernização da sociedade portuguesa, a esquerda socialista enfrenta a maioria governamental. O Bloco quer abrir os caminhos da alternativa política nas lutas de hoje e empenha-se, sem sectarismo, nas mobilizações sociais que dão corpo a essa alternativa.

O Bloco tem definido a sua política nas respostas às grandes questões do presente, como o desemprego, a precariedade, a defesa dos serviços públicos e da segurança social. Temos também lutado contra todas as discriminações e injustiças que desenham o código genético do capitalismo na era da globalização. Nesta Convenção, a esquerda socialista desenvolve essa mesma inquietação e determinação, convocando à reflexão sobre as alterações climáticas. O planeamento dos recursos colectivos, contra a cegueira dos mercados, e a mobilização das capacidades sociais contra a irresponsabilidade, são urgências que definem a civilização. A esquerda deve ser portadora de um projecto de revolução ecológica, que assume como parte integrante do processo de transformação socialista.

1. AS ESCOLHAS DO BLOCO DE ESQUERDA

1.1. O governo Sócrates tem vindo a desenvolver, de forma sistemática, uma política que promove a insegurança e o medo social. Em consequência, as vítimas da ofensiva do liberalismo económico têm vindo a desenvolver respostas defensivas, mesmo quando estas se traduzem em grandes mobilizações que enchem as ruas.

Ao mesmo tempo, o governo protegeu as suas escolhas com uma ofensiva ideológica bem sucedida, que afirma que as políticas seguidas são indispensáveis e, além disso, as mais modernas. A capacidade que o governo tem revelado na polarização do eleitorado do centro e da direita, a par da manutenção de uma alargada influência popular, só é explicável pela combinação destes factores. Em consequência, a esquerda socialista deve disputar tanto a política, como a base da ideologia do governo.

Na política, deve contribuir para apresentar propostas realizáveis e mobilizadoras, que respondam às aspirações da maioria da população. Assim temos procedido. As propostas do Bloco para um novo regime de financiamento da segurança social, que garante a sua sustentabilidade, e para uma política de emprego assente na proibição dos despedimentos abusivos, na redução do horário de trabalho, no ataque à precariedade e às deslocalizações, na promoção da formação-emprego, são exemplos que demonstram como a política de esquerda tem respostas para a crise social dos dias de hoje.

Na ideologia, deve apresentar uma visão da modernidade que combina a luta social em todas as questões decisivas com a defesa intransigente das liberdades individuais, do cosmopolitismo das culturas migrantes e dos direitos que afirmam a igualdade, contra as discriminações xenófobas, de género, ou associadas à orientação sexual.

Esta resposta política e ideológica, ao apresentar alternativas viáveis, não defende situacionismos, nem se coloca à defesa na formulação de alternativas: ao propor a realização de um Orçamento de Base Zero ou uma auditoria geral ao Estado e aos seus serviços, o Bloco declara guerra à casta de administradores que, por favores partidários ou inércia, se instalou na gestão de institutos e empresas públicas e municipais, conduzindo a ineficiências que prejudicam todos os cidadãos. O Bloco declara guerra ao sistema social da

corrupção, que se baseia na especulação imobiliária e nos regimes de favorecimento nos negócios, apresentando projectos de cativação das mais valias urbanísticas e de alteração das regras penais. A alternativa ao governo Sócrates não é “o que está”, mas sim rigor e justiça; não é menor responsabilidade, mas a modernização dos serviços públicos.

Pela definição dos objectivos e funcionamento dos serviços sociais passa um confronto decisivo entre a esquerda socialista e o governo Sócrates. A lógica privatizadora ataca a universalidade na prestação desses serviços e reproduz e amplifica as desigualdades de tratamento que já existem na sociedade. A sua gestão pública segundo princípios de responsabilidade social, ao invés, deveria conduzir ao fim da paralisia da Função Pública e à melhoria da prestação dos serviços.

O Bloco responde ao desafio ideológico do governo Sócrates: a democracia e o acesso à modernidade dependem da igualdade fundamental de oportunidades. E esta tem na universalidade e qualidade dos serviços sociais a sua primeira condição.

1.2. A V Convenção reafirma o caminho que o Bloco de Esquerda tem seguido desde a sua fundação. A esquerda socialista é um movimento organicamente plural, politicamente activista, e que aspira a representar uma parte importante da população, em particular, de trabalhadores e de jovens. Desde a anterior Convenção, o Bloco disputou eleições autárquicas, disputou eleições presidenciais como alternativa à direita e aos candidatos da área governamental, desenvolveu uma vasta intervenção parlamentar em S. Bento como na região da Madeira e na União Europeia, marchou pelo Emprego, defendeu alternativas realizáveis para a segurança social, combateu as privatizações e a corrupção, denunciou grandes operações financeiras nas telecomunicações e na banca, contribuiu eficazmente para a vitória no referendo sobre a interrupção voluntária da gravidez, bateu-se pela legalização dos imigrantes, pelos direitos das lésbicas e gays, mobilizou trabalhadores precários e vem travando uma longa batalha de opinião contra a guerra infinita.

Neste percurso, o Bloco mudou porque se alargou. Elegeu em 2005, pela primeira vez, uma rede nacional de autarcas nas juntas de freguesia, assembleias municipais e vereações; mudou na sua acção nas lutas sociais; e mudou, assumindo uma presença pública mais abrangente. Mas o Bloco deve mudar muito mais: a apresentação de alternativas exige mais trabalho,

mais pensamento político inovador, mais profundidade, maior abertura e mais ousadia. A V Convenção assume essa responsabilidade.

2. A CRISE DO IMPÉRIO

2.1. Ao longo dos anos que se seguiram à sua vitória na Guerra-Fria, os EUA ampliaram o seu poder e ambição, desencadeando novas guerras quentes e frias, tanto em escala local como planetária. O domínio militar e económico de regiões estratégicas, como o Médio Oriente, e a conquista de novos mercados para a recuperação da acumulação de capital, em particular privatizando bens e serviços públicos, determinam a agressividade desta nova era da mundialização do capitalismo.

O domínio imperial articula-se numa densa teia de alianças com poderes regionais, suportada por uma ideologia violentamente conservadora, pelas estratégias do complexo militar-industrial e das finanças que regem as relações internacionais.

2.2. A nova ordem imperial tem numerosos elos fracos. No Médio Oriente como na América Latina, nas relações com a Rússia ou com a China, nas guerras que promove e o enfraquecem, ou na desregulação financeira internacional, o Império exhibe a sua vulnerabilidade.

A nova ordem configura-se como desordem aos olhos das opiniões públicas. Apesar da sua imensa superioridade militar e securitária, a política da administração Bush tem multiplicado as mais variadas resistências, muitas das quais sem conteúdo democrático ou socialista. Nacionalismos e populismos - não raro, fundamentalistas e reaccionários - têm beneficiado do quadro geral de caos e insegurança para se projectarem. **Nas principais regiões do mundo, não tem sido a alternativa socialista a afirmar-se como alternativa ao Império. O Bloco contribuirá para as plataformas e iniciativas que iniciem respostas a esse gravíssimo défice.**

2.3 O Império está a ser derrotado no Iraque. A ocupação militar começou com uma mentira na Cimeira das Lajes, cujo anfitrião foi Durão Barroso, e tornou-se um pesadelo sem saída, como o demonstram a intensificação da guerra civil, o reforço da influência iraniana e o altíssimo nível de baixas entre as forças de ocupação. Fracassou a estabilidade indispensável à exploração petrolífera pelas grandes empresas norte-americanas. De momento, o único verdadeiro ganhador é o com-

plexo militar e securitário que beneficia da própria privatização da guerra.

A guerra infinita teorizada pelos neo-conservadores está assim a sofrer a sua primeira grande derrota no Médio Oriente. É ela que explica a divisão actual em Washington, entre os defensores da escalada da guerra como caminho para uma retirada adiada para a eternidade, ou a retirada de tropas a curto prazo, provavelmente em desastre. Esta divisão reflecte ainda a fractura entre os que defendem uma nova frente de guerra contra o Irão e os que preferem o relacionamento com os outros poderes da região, em nome do comércio internacional e do acesso ao petróleo.

As raízes da tragédia no Médio Oriente mergulham, contudo, no conflito israelo-palestiniano, agravado pela violência da ocupação de território, pela construção do Muro, destruição das infraestruturas e pelo bloqueio promovido pelos Estados Unidos e Israel, com a cumplicidade da União Europeia, às decisões eleitorais dos palestinianos. A derrota de Israel na guerra que desencadeou no Líbano é um sinal de mudança. Mas enquanto o conflito israelo-palestiniano não for resolvido, o Médio Oriente não terá Paz.

Envolvido nos movimentos contra a guerra e solidário com o povo palestiniano, o Bloco bate-se pela resolução política dos conflitos no Médio Oriente e exige do governo português e da União Europeia uma acção independente de Washington, pelo fim das ocupações militares e das ingerências políticas. Exige, muito em particular, o reconhecimento do governo e o imediato fim do embargo à Palestina.

2.4. O Império tem sofrido reveses importantes na América Latina. Políticas de distribuição da renda petrolífera em serviços que beneficiam as populações mais pobres da Venezuela, de nacionalização dos recursos energéticos na Bolívia e a reconsideração do pagamento da dívida externa pela Argentina têm determinado processos de confrontação. A América Latina está a ser atravessada por uma enorme exigência de justiça social, com fortes mobilizações contra as oligarquias e pela realização de reformas agrárias, como no Brasil e outros países, e pelo direito à apropriação nacional dos recursos naturais.

Assim, as propostas de integração regional entre vários países da América Latina, que procuram novas formas de cooperação económica e energética, têm posto em causa a proposta de George Bush que visa a criação de

uma zona de comércio tutelada pelos EUA, a ALCA.

Na solidariedade com as lutas sociais, o Bloco não tem que se identificar com os regimes e governos. A emergência de alternativas sólidas, comprometidas em simultâneo com as aspirações populares e com a democracia, é um processo longo e contraditório. Num continente marcado pela história de ditaduras militares, pela destruição das comunidades indígenas, pela sobre-exploração dos trabalhadores e dos camponeses, mas também pelo populismo que tantas vezes traiu as exigências de justiça, o Bloco acompanhará este caminho com toda a solidariedade e sem dispensar o sentido crítico.

2.5. A aprovação, pela reunião anual do parlamento da China, de uma nova lei que estabelece os direitos da propriedade privada, representa um passo na promoção da acumulação capitalista que domina grande parte do país. Actualmente, dois terços do produto da China é gerado por empresas privadas, e o investimento do sector privado cresce muito mais depressa do que o do público, a braços com grandes dificuldades nos sistemas de saúde e educação.

A China é, entre os países emergentes, aquele onde se está a gerar o crescimento mais rápido do capitalismo. Este beneficia da imposição de um regime opressivo de partido único, onde os sindicatos que sejam expressão da vontade dos trabalhadores são proibidos, e os cidadãos não se podem organizar e exprimir as suas opiniões.

O peso do superávit da balança comercial da China e, em consequência, a concentração de títulos da dívida pública norte-americana na propriedade dos bancos chineses, cria uma tensão internacional com interdependências estreitas. Como se verificou em Março de 2007, a Bolsa de Xangai tornou-se um dos epicentros de crises especulativas, cujas réplicas são imediatamente sentidas em Nova Iorque ou Londres. A adesão da China à Organização Mundial do Comércio, a principal instituição mundial para a promoção do liberalismo económico, acentua esta interdependência.

2.6. Desde o seu nascimento, o Bloco definiu-se como parte integrante do movimento dos movimentos contra o capitalismo global e a estratégia do Império, e contra as desigualdades que são a sua consequência.

Esse movimento alter-global desenhou novas formas de internacionalismo, em particular com a actuação

directa da opinião pública internacional contra a guerra do Iraque. Ele reclama esse princípio da responsabilidade colectiva ante as tragédias da pobreza e da delapidação dos recursos naturais e determina a busca permanente de novas agendas políticas e sociais que exprimem a rejeição da guerra, reclamam a retirada das tropas do Iraque e do Afeganistão, e a defesa do direito dos povos à auto-determinação.

O Bloco acompanha a experiência da luta política de outros partidos e movimentos e continuará a estar presente nos fóruns sociais, estabelecendo diálogos e solidariedade em todos os continentes nas confrontações contra o Império, em nome de "outro mundo que é possível"

3. A EUROPA PRESA NA CONSTITUIÇÃO LIBERAL

3.1. Apesar das proclamações dos governos por ocasião do 50º aniversário do Tratado de Roma, a União Europeia atravessa uma profunda crise social e institucional.

A crise social é o resultado de duas décadas de políticas neo-liberais que se transformaram numa máquina de exclusão e de privatização. Elas ganharam um novo impulso com o Pacto de Estabilidade, que tutela as escolhas económicas nacionais, retirando-lhes a autonomia necessária para programas de criação de emprego; que confere um poder excepcional ao Banco Central Europeu, que tem no controlo da inflação o seu único objectivo, mergulhando os países em patamares de crescimento medíocres, quando não de recessão; que justifica as privatizações e desagrega as políticas públicas. Ao escolher a competitividade como lei primeira e última das economias, impede a cooperação europeia para políticas de segurança social ou de criação de emprego. O Pacto de Estabilidade é o principal factor de crise da Europa.

A crise institucional é o resultado combinado desta crise social e da estratégia de alargamento a Leste. Sem projecto social e sem vinculação de direitos, a União é um mercado; sem verdadeira cidadania, a União revela-se como um poder distante e, não raro, autoritário; sem obrigações sociais, o liberalismo económico diminui as liberdades.

A proposta de Tratado Constitucional visava responder a estes dois aspectos: por um lado, consagrar constitucionalmente o liberalismo económico; por outro lado, redistribuir os poderes em benefício de um Directório

dos governos dos maiores países. **Apesar desse texto ter sido rejeitado em referendo pela França e pela Holanda, os próximos dois anos serão marcados pela tentativa de o recuperar, evitando o debate popular que só a legitimação referendária permitiria.**

A crise institucional é ainda marcada pelo peso da história das divisões europeias em múltiplos domínios. Ante a política armada de Washington no Médio Oriente, a União revela-se incapaz de possuir uma política autónoma e independente. Dividida no Iraque, alinha com a NATO no Afeganistão e cede a Israel, não reconhecendo, de momento, o governo da Palestina. Desacordos marcam ainda presença nas relações da União com a Rússia, onde o acesso a fornecimentos de energia e a colocação de novas bases militares norte-americanas na Polónia e na república checa dividem os governos e ameaçam a Europa. E o mesmo se pode dizer sobre a atitude ante a emergência da China na economia internacional, onde o frenesim liberal da Comissão Barroso se confronta, cada vez mais, com um imenso coro de críticas.

3.2. O Bloco de Esquerda defende, desde sempre, uma refundação democrática e social da Europa. Perante o relançamento furtivo do debate sobre o futuro da Constituição, o Bloco exige o cumprimento da promessa de referendo e anuncia, desde já, que votará contra qualquer texto que recupere esse Tratado. Qualquer tentativa de constitucionalizar o liberalismo económico e uma arquitectura dos poderes impedindo regras elementares da democracia, contará com a nossa oposição radical porque nesse voluntarismo autoritário se consagra a destruição da própria ideia de Europa.

A nossa alternativa é outra: as próximas eleições para o Parlamento Europeu devem constituir a oportunidade para abrir um processo constituinte democrático. Ao Parlamento competirá escrever a primeira versão de um futuro Tratado, que deverá ser discutido em cada país. O compromisso final deve então ser submetido a referendos nacionais.

O Bloco apresentará as linhas de força de um Tratado da União que seja clarificador dos seus objectivos, dos direitos humanos, sociais e ambientais, e da arquitectura institucional que salvguarde as condições democráticas das escolhas políticas.

3.3. A Constituição liberal está a ser instituída por sucessivos factos consumados. Em 2007, o objectivo

é o de criar nas opiniões públicas a convicção de que o futuro passa pela flexigurança, modelo que assume a total flexibilidade das relações laborais, com a eliminação da justa causa no despedimento, bem como da indemnização, a troca de subsídios durante o período de desemprego – que em Portugal é predominantemente estrutural e permanente. O centro do ataque dirige-se contra a negociação colectiva, e atinge os sindicatos e organizações dos trabalhadores, na expectativa de uma atomização do Trabalho e sua dependência da segurança social, no preciso momento em que esta vem sendo corroída em nome da sustentabilidade.

Durante a presidência portuguesa da UE, as questões constitucionais e a promoção da flexigurança, estarão no topo da agenda política. A manifestação europeia que contestará este modelo durante a Cimeira Social de Outubro, deve marcar uma resposta popular contra a precariedade e por uma alternativa pelo emprego com direitos, acumulando forças para a luta necessária.

3.4. Apesar da necessidade de receber cada vez mais imigrantes, a União Europeia tem vindo a adoptar uma estratégia discriminatória de imigração selectiva. Esta política, que transforma o Mediterrâneo num cemitério de esperanças e de vidas, desenvolve-se num contexto político e cultural islamofóbico e de grave cerceamento das liberdades individuais a pretexto da “luta anti-terrorista”.

O Bloco condena firmemente cada uma destas políticas e a sua articulação global, que resultam numa combinação explosiva de exclusão social, marginalização cultural e guetização política, alimentando a mais perigosa das ideologias actuais – a que procura “ler” o mundo através do “choque de civilizações”.

3.5. Os grandes movimentos anti-guerra, a luta dos jovens franceses contra o Contrato de Primeiro Emprego ou dos estudantes gregos contra o processo de Bolonha, foram importantes sinais de oposição social a algumas das políticas dominantes. Nessas lutas nasce a identidade europeia com que nos identificamos.

3.6. O Bloco coopera com outros partidos e movimentos de esquerda na Europa, para desenvolver convergências, como as que se têm expresso nos Fóruns Sociais, nas manifestações sindicais ou contra as reuniões do G8. O Bloco participa ainda em encontros ou redes que, sendo ideológica ou politicamente diversificadas, constituem pontes para agendas da luta contra o capitalismo. Estivemos na origem da Conferência

das Esquerdas Anti-Capitalistas, aderimos ao Partido da Esquerda Europeia e estamos associados ao Grupo Unitário das Esquerdas no Parlamento Europeu e, regularmente, marcamos presença em variadíssimos fóruns de discussão política à esquerda.

O Bloco não é a secção nacional de nenhuma destas plataformas e nem determina ou discute a sua tática política com nenhuma delas. Do mesmo modo, não se pronuncia sobre as escolhas táticas de outros partidos.

Isto não significa que o Bloco se prive de opinião sobre escolhas políticas dos governos europeus, independentemente da sua composição. **Criticamos o governo português por manter uma presença militar no Afeganistão. Essa crítica é naturalmente extensiva a todos os governos que mantêm idêntica posição.**

No próximo congresso do Partido da Esquerda Europeia, em finais de 2007, o Bloco reafirmará a sua coerência com a plataforma originária desta rede de partidos e militantes. O Partido da Esquerda Europeia só pode ser uma plataforma europeia de ruptura com as políticas liberais e autoritárias da União. É por isso que a sua coerência deve promover a construção de uma resposta europeia à guerra, ao desemprego, à precariedade e aos ataques à segurança social. O Bloco não mudou de pontos de vista acerca da necessidade destas alternativas, e contribuirá para o seu desenvolvimento em escala europeia.

4. O SITUACIONISMO ENTRE A AGRESSIVIDADE SOCIAL E O CONFORMISMO POLÍTICO

4.1. Durante os dois anos que decorrem desde a sua eleição, o governo Sócrates desenvolveu uma política que combina agressividade política, conduzindo a uma mudança profunda das normas sociais, com o agravamento da desigualdade, da pobreza, do desemprego e da precariedade.

Esta estratégia é coerente: os governos PSD-CDS iniciaram e o governo PS conduz agora transformações sociais que conduzem a uma sociedade mais liberal, mais irresponsável e mais desigualitária. Assim, nas políticas concretas, o Governo PS, com a co-habitação cooperante com Cavaco Silva, lidera a ofensiva anti-social.

Esta política assenta em três grandes escolhas. Em primeiro lugar, a escolha do desemprego de longo prazo e da precarização das relações laborais como condição

para a rentabilidade a curto prazo dos sectores exportadores. Essa escolha não é nova. Mas assumiu agora uma extrema agressividade: enquanto se regista a passagem de uma conjuntura de recessão prolongada para uma ligeira recuperação económica, o desemprego continua a aumentar. Sócrates chegou ao poder com 412 mil desempregadas e desempregados, segundo as estatísticas oficiais, e atingem-se agora os números mais elevados dos últimos vinte anos, 459 mil. A reorganização da economia faz-se com mais desemprego, com a precarização dos novos contratos, e portanto com um modelo de salários baixo e redução de direitos.

A reforma da administração pública é agora o principal instrumento dessa escolha, tanto pela limitação da oferta de serviços quanto pela marginalização, como supra-numerários, de dezenas de milhares de funcionárias e funcionários.

Se o governo conseguir impor em quatro anos esta reforma, terá feito avançar a ideia de que o desemprego é inevitável e que, portanto, a sociedade portuguesa deve aceitar a divisão entre quem tem um salário e quem dele é excluído. Um dos efeitos já conseguidos por estas políticas é a criação da "geração 500 euros", que só consegue biscates, contratos de curto prazo ou ocupação através das agências de trabalho temporário.

Em segundo lugar, a política do governo assenta na criação de novas oportunidades de negócio, protegendo com uma renda paga pelo Estado, sob a forma de subvenções públicas, os monopólios privados que gerem serviços sociais. Esta estratégia conduziu à privatização da energia, da água e de outros serviços e é predominante na desagregação do Serviço Nacional de Saúde, seja através do ataque às suas competências, como a da rede de cuidados primários, seja através do grande negócio anunciado para as parcerias público-privado na gestão dos novos hospitais. Na educação, esta política tem conduzido ao sub-financiamento do ensino superior público, para o desqualificar.

Em terceiro lugar, a estratégia do governo assenta na mudança de regime social, em particular na segurança social. Esta determina as normas de repartição do esforço tributário entre gerações. Ao introduzir o princípio da redução da pensão futura ou do aumento da idade da reforma, o Governo Sócrates atinge o pilar essencial deste regime.

Todas estas escolhas são neo-liberais. Protegem e acrescentam os privilégios de uma classe dominante cujos

principais instrumentos de acumulação são exportações baratas com trabalho barato, ou a especulação financeira e a apropriação de rendas garantidas nas obras públicas ou no negócio das privatizações dos serviços sociais fundamentais. **Esta elite dominante é a principal responsável e beneficiária da crise que o país atravessa.**

4.2. Uma das consequências desta estratégia é a devastação do território, transformado por via da especulação imobiliária, do favorecimento legal e da corrupção, num dos recursos mais importantes para a criação e valorização de fortunas. O turismo serve de justificação para se tornearem as leis, se imporem desanexações às reservas agrícolas e ecológicas e aos parques naturais, e se privatizarem os usos do espaço público em função do rendimento. Estes processos especulativos têm como consequência o aumento do preço da habitação, reforçam a perda de qualidade de vida enviando a população para as periferias e agravam a marginalização social.

Esta política tem igualmente uma outra consequência: o interioricídio, com a campanha de destruição dos serviços de proximidade (correios, escolas, serviços de saúde e outros) a pretexto da sua concentração. A manifestação de identidades locais contra esta desagregação é um sinal de que uma parte da população não aceita esta lógica da rentabilidade em prejuízo da igualdade de acesso aos serviços fundamentais. **Nenhuma opção técnica de racionalização de serviços pode ser realizada sem alternativas que beneficiem as populações.**

4.3. Na política externa, o governo tem sido continuista, tanto na Europa como no mundo. Defensor do projecto fracassado de Constituição Europeia, procura restabelecê-lo. Fiel aos compromissos com Washington, mantém contingentes militares nacionais em acções da Nato, com destaque para o Afeganistão, e tem protegido os seus antecessores, ou a sua própria acção, no escândalo dos voos da CIA para Guantanamo, criando obstáculos à investigação deste dossier.

A presidência do Conselho da União Europeia pelo Governo português deve ser por isso um momento de mobilização, de diálogo e de convergência entre as esquerdas sociais e políticas da Europa para a oposição a uma Constituição liberal e para a defesa de respostas conjugadas ao desemprego, à precariedade e ao desmantelamento dos serviços públicos.

5. DIÁLOGOS E CONVERGÊNCIAS DAS ESQUERDAS SOCIAIS

5.1. O Bloco de Esquerda nasceu em resposta a um défice: a falta de esquerda com a falta de alternativa. A sua estratégia está comprometida com a resposta a esse défice.

A construção de uma alternativa política com peso maioritário é muito exigente. Exige uma alargada experiência social da confrontação com a exploração, as desigualdades e as injustiças, a partir do quotidiano da maioria da população. E exige um pensamento crítico, que invente respostas, que destrua ideias feitas, que combata em particular o espectro da inevitabilidade das soluções liberais.

O Bloco de Esquerda contribuirá para a criação dessa alternativa, procurando mobilizar respostas coerentes na oposição ao governo Sócrates. A prioridade nesse confronto está nas grandes questões sociais.

5.2. Uma das frentes do ataque governamental é a redefinição do Serviço Nacional de Saúde para abrir campo à liberalização. A resposta do Bloco é que o SNS deve ser reformado em profundidade, baseando-se numa rede de sistemas locais que dêem prioridade aos cuidados primários e à medicina familiar; na criação de farmácias hospitalares públicas que revolucionem o actual sistema de distribuição de medicamentos; e numa gestão do SNS que garanta a cobertura universal, sendo assente numa carreira dos profissionais de saúde do sector público.

O Bloco deve ser uma força propulsora da participação popular, que é a chave da defesa dos serviços públicos. A dinâmica do referendo sobre o aborto demonstrou que ela é possível. A defesa de um SNS moderno e universal deve ser impulsionada por um movimento cívico que crie uma base alargada de convergências e diálogos na mobilização.

5.3. Um programa de combate ao desemprego e à precariedade é a urgência nacional. A redução do desemprego e da precarização, como foi proposto pela Marcha pelo Emprego, exige a articulação de medidas de rejeição das falências fraudulentas, das deslocalizações e dos despedimentos abusivos, com políticas de redução do horário de trabalho e de distribuição das horas extraordinárias necessárias por novos postos de trabalho, com contratos de formação-emprego.

Como o fez com a apresentação de uma resposta para a segurança social, o Bloco deve fundamentar as suas alternativas em todas as questões sociais que afectam a população trabalhadora, demonstrando que é necessário, mas também possível, fazer escolhas políticas de solidariedade contra o cancro da liberalização que corrói os serviços sociais.

Na campanha eleitoral que deu a maioria absoluta a Sócrates, o Bloco apresentou um programa de governo que constituiu o seu compromisso com os eleitores, e que formulava uma alternativa clara ao PS, demonstrando que as respostas aos problemas exigem uma governação comprometida com prioridades sociais. Mantemos esse rumo e esse compromisso de propostas de alternativa.

5.4. A construção de alternativas exige ainda uma política aberta e promotora de convergências na esquerda e na vida social. E essa não é uma condição acessória da política. É a condição de conhecimento de uma sociedade complexa, com correntes distintas e atravessada por mutações profundas. É a condição para aproximações unitárias entre mulheres e homens de convicções diferentes, que querem mudanças concretas e uma alternativa política contra a governação que temos tido.

Para esses diálogos, o Bloco dirige-se sem excepção a todas e a todos os que na esquerda social ou política rejeitam as estratégias do governo e estão disponíveis para o esforço prioritário de procurar definir e apresentar soluções para a crise nacional e para o impasse europeu. Em particular, dirige-se aos que no PS ou nos movimentos sociais, com ou sem partido, rejeitam e rompem com as orientações do governo nas grandes questões da política, como a privatização do SNS, da água, da energia, a desagregação da Função Pública ou o favorecimento da contratação individual e da precariedade, que conduzem ao desemprego.

Nessas convergências, as questões prioritárias para o Bloco são as que permitem passar da defensiva e da resistência para a ofensiva e para a proposta, nomeadamente:

- A recuperação da regra legal da passagem dos contratos a prazo a efectivos ao fim de um ano de trabalho,
- A restauração da contratação colectiva e do princípio do tratamento mais favorável para o traba-

lhador. Rejeição da flexigurança e a revogação do Código do Trabalho de Bagão Félix,

- A promoção de um SNS assente nos centros de saúde e na medicina familiar, com um apoio hospitalar competente, recusando as parcerias público-privado na gestão dos novos hospitais,
- A reavaliação rigorosa das necessidades em todos os serviços públicos como condição do desenvolvimento das políticas de educação, saúde, segurança social e redução da pobreza, em nome de um mapa nacional de igualdade e da optimização dos recursos humanos na Função Pública que rejeita a política de despedimentos,
- A modernização do sistema educativo e das funções da escola, em nome do combate ao abandono escolar, da igualdade de acesso a aprendizagens exigentes e qualificantes e do direito à formação ao longo da vida,
- O combate ao sistema social da corrupção, com a prioridade à investigação criminal da corrupção e com a regra da cativação pública das mais valias urbanísticas,
- A proposta de um processo constituinte europeu com a participação dos cidadãos e dos Estados, definindo as regras de funcionamento de uma União para políticas sociais europeias.

As convergências à esquerda devem ser processos abertos de opinião e de proposta que, nestas matérias como noutras, permitam criar movimentos de acção e proposta.

Para o Bloco, a prioridade é clara e é a política que acumule forças para desgastar e vencer as imposições anti-sociais do governo.

5.5. O Bloco tem a responsabilidade do aprofundar as suas propostas, explorando novas questões e aprendendo com a vida social. Continuamos a dar uma importância fundamental às políticas da igualdade, que têm agora como principal alvo a violência de género. Defendemos o princípio da paridade, recusamos a opressão de género, e portanto, todos os tipos de violência que a suportam.

Na mesma agenda se incluem o combate aos ódios homofóbicos, o respeito pelo direito ao divórcio ou a aceitação do princípio da liberdade de escolha da morte assistida.

6. A RESPOSTA CIVILIZACIONAL ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

6.1. Uma das questões mais actuais é a resposta às alterações climáticas. Tendo sido um tema fortemente controverso, a evidência de que o forte crescimento das emissões de dióxido de carbono (CO₂) e de outros gases de efeito de estufa (GEE), resultante das actividades humanas, tem uma relação estreita com o aquecimento global, é hoje um consenso generalizado entre a comunidade científica e entrou no debate político. A justiça ambiental deve ser portanto um dos temas nucleares das convergências à esquerda, para envolver novas gerações de activistas e para mobilizar respostas de fundo às questões de fundo.

O 4º Relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas da ONU (2007), regista as provas da existência da maior concentração de CO₂ dos últimos 650 mil anos. A quantidade de carbono emitido é o dobro do que os ecossistemas podem absorver.

As consequências, que já hoje se manifestam, são devastadoras: a saturação poluente amplia o efeito estufa natural, determinando o aumento da temperatura média do planeta. Os 12 anos mais quentes desde 1850 registaram-se entre 1995 e 2006. O degelo das montanhas e dos pólos acelera-se, determinando a subida do nível médio do mar e a alteração das correntes marítimas. Intensificam-se os fenómenos meteorológicos extremos, como os ciclones, as cheias, as secas e as ondas de calor. Todos os cenários apontam para a catástrofe humana, derivada do avanço da desertificação e da escassez de água, da inundação de extensas áreas habitadas, do ritmo de extinção das espécies e perda de áreas cultiváveis, da propagação de doenças.

A União Europeia adoptou o objectivo de “limitar o aumento da temperatura média global a menos de 2°C relativamente aos níveis pré-industriais”. Para isso, as concentrações de GEE “deverão permanecer a um nível bastante inferior” ao dobro do da era pré-industrial. Este objectivo, no entanto, é insuficiente, pois o aumento assim tolerado não deixa de provocar impactes tão importantes, como o do desaparecimento de países insulares. Por outro lado, aponta para uma estabilização da concentração de GEE a um nível perigoso. Para o efeito, propõe que os países desenvolvidos (responsáveis por 75% da acumulação de GEE) reduzam as suas emissões de 50% até 2050, em relação a 1990.

O Relatório Stern calculou que os custos da inacção podem ser equivalentes ao efeito combinado das duas

guerras mundiais e da Grande Depressão dos anos 30, com quebras de 5 a 20% do PIB global, o que teria consequências humanas brutais, porque se repercutiria de forma desproporcionada nos mais pobres. Calcula ainda que será mais rentável reduzir acentuadamente as emissões do que apenas as atenuar, tendo em conta os custos de adaptação às alterações climáticas. É, contudo, limitado, nas propostas que faz: por um lado, escolhe o patamar de redução das emissões mais baixo, por ser aquele que menos afecta as multinacionais e os países desenvolvidos; por outro lado, propõe uma taxa mundial sobre o carbono, que só penaliza a população.

Em qualquer caso, estes riscos são inaceitáveis. **É preciso uma redução imediata e brutal das emissões de GEE dos países desenvolvidos, desde já, e envolver todos os outros, sobretudo os EUA e a China. A catástrofe ecológica tem um preço demasiado elevado para poder ser ignorada nas decisões políticas e torna-se assim uma das questões centrais da definição da democracia.** A condição mínima deve ser a redução das emissões globais de GEE em 30% até 2020, e de 80% até 2050, em relação a 1990.

6.2. Há essencialmente duas explicações para esta aceleração da contaminação poluente: o uso intensivo dos combustíveis fósseis, em que se sustenta a produção de energia, e a crescente transformação do uso do solo, com a expansão urbana e a desflorestação. Em ambos os casos, trata-se de consequências do desenvolvimento da economia capitalista e das escolhas sociais e culturais que determinou.

Nenhuma dessas consequências era inevitável: a sociedade poderia ter desenvolvido outras plataformas tecnológicas não assentes nos combustíveis fósseis como fonte primária, e trajetórias de consumo não dominadas por produtos derivados do petróleo (plásticos ou outros). Mas houve uma razão para o mercado ter escolhido este caminho: era o mais rentável a curto prazo. Mas o que é racional para o mercado pode ser irracional para a humanidade, e esse é certamente o caso da poluição e destruição dos recursos de todos. Ao mesmo tempo, o modelo do progresso produtivista com uso ilimitado de recursos generalizou-se, produzindo desastres ambientais de grande escala na URSS e noutros países.

Os resultados são agora evidentes. A corrida à poluição e o produtivismo irresponsável têm vindo a esgotar os recursos fósseis e produzem impactos ambientais que

ameaçam a vida de milhões de seres humanos. Boa parte das guerras do século XIX e XX encontraram na exploração ou na escassez dos recursos as suas principais motivações. **Civilização e barbárie andam a par e a actual globalização armada prova como os riscos de guerra estão intimamente ligados à luta pelo controlo dos recursos e das fontes primárias de energia.**

6.3. O modelo produtivista promoveu o consumismo individualista como um dos suportes da ideologia e da força do mercado. A publicidade apropriou-se do espaço público e orienta as escolhas do dia-a-dia. Mas os modelos de consumo mercantil dos países ricos contribuem para a crise planetária que vivemos e deterioram a qualidade de vida das pessoas. Não é possível diminuir as emissões de gases com efeito de estufa sem uma política deliberada para alterar o modo como vivemos e nos movemos nas cidades.

6.4. O Protocolo de Quioto foi a primeira resposta a esta crise ambiental. O acordo fixou o objectivo de redução em 5,2% das emissões dos países desenvolvidos até 2012, criando mecanismos flexíveis de mercado assentes na comercialização de emissões.

Este processo fracassou e os seus objectivos muito tímidos, mesmo se forem alcançados, não conseguirão uma redução global de emissões. Muitos dos países signatários encontram-se aquém dos objectivos a que se comprometeram, como Portugal, e alguns dos grandes poluidores não aceitaram a redução das emissões, como os EUA, implicando um efeito nulo ou residual em termos globais. Fracassou porque o comércio de direitos de emissão não desincentivou a poluição. Por um lado, porque o preço da tonelada de gás de efeito estufa é muito baixo; e por outro, porque o «mecanismo de desenvolvimento limpo», permite que se continue a poluir a troco de projectos de captura de CO₂ (ex. reflorestação). Não pode haver um uso infinito de recursos finitos.

Este Protocolo fracassou porque os mecanismos de mercado não conseguem responder estruturalmente à natureza da crise ecológica, para mais num contexto onde as multinacionais podem facilmente deslocalizar as produções mais poluentes e a política se recusa a enfrentar o modo como vivemos nas cidades. Eles não implicam uma resposta ao problema essencial, a reestruturação das bases em que assenta a economia mundial. Se nada for feito, os combustíveis fósseis continuarão a ser o motor do capitalismo global

e o Sul continuará a suportar os custos de redução das emissões dos países desenvolvidos.

6.5. A esquerda socialista responde com uma política anti-capitalista e ecologicamente responsável à injustiça ambiental. Este é um desafio directo à globalização da exploração e da miséria. As soluções de mercado, além de não garantirem a mobilização dos esforços necessário para evitar a catástrofe, vão determinar o aumento dos preços dos produtos raros e das localizações mais protegidas, acentuando a estratificação e as discriminações sociais, e impondo uma inflação violenta, que é um imposto sobre os pobres. É preciso agir agora.

As alterações climáticas confrontam-nos com três grandes problemas: reduzir o consumo global de energia, descarbonizar a economia e alterar as relações Norte-Sul. A dificuldade exige a estratégia mais radical, a da disputa por uma civilização ecológica e socialmente sustentável.

Em primeiro lugar, é preciso reduzir o consumo global de energia na UE em cerca de 50%. Essa redução enfrenta dificuldades muito diferentes em dois dos principais sectores que são consumidores intensivos de energia: os edifícios (habitação e serviços) e os transportes. Nos edifícios a redução do consumo pode rapidamente atingir 40% com a aplicação rentável de tecnologias simples de conservação e eficiência energética já disponíveis, o qual pode aumentar com a generalização da arquitectura bioclimática. Também a reconversão do parque habitacional e de escritórios para a produção de energia e calor, generalizando a microgeração e co-geração, pode ser conseguida numa década. Mas o sector dos transportes, o que mais tem subido as emissões, é muito mais rígido, porque as condições poluentes são geradas pela sua própria estrutura, com o predomínio do rodoviário sobre a ferrovia no transporte de mercadorias, e do automóvel individual privado sobre o transporte social colectivo. Também o crescimento do transporte aéreo ameaça anular os esforços de redução de emissões na UE.

O Bloco defende por isso grandes mudanças estruturantes, com a criação de um eixo nacionalizado do sistema de transportes de passageiros e de mercadorias, em Portugal como nos países europeus, para a criação de uma rede europeia de redes de ferrovia e de transporte marítimo, interditando a prazo o transporte rodoviário de longa distância.

Essa rede deve ser complementada por redes regionais e por sistemas intermodais de transporte colectivo nas cidades, com o alargamento das redes de modos suaves e a pedonalização dos centros com interdição gradual dos automóveis. Propomos a imposição de limites aos construtores de automóveis, com a redução dos motores segundo as velocidades e as emissões de CO₂ permitidas, bem como a interdição de venda de veículos 4x4 a usos não profissionais.

Em segundo lugar, é preciso descarbonizar a economia, alterando o paradigma de produção de energia a partir dos combustíveis fósseis para as fontes renováveis, e passando de um modelo centralizado para a diversificação das fontes e o transporte de energia a pequenas distâncias, ganhando eficiência. É também necessário reduzir a dependência dos derivados do petróleo, como os plásticos. Rejeitamos a energia nuclear e os biocombustíveis de culturas energéticas assentes na agricultura intensiva.

A proposta de nacionalizar a produção e distribuição centralizada de energia (EDP e GALP) responde à necessidade de uma reestruturação rápida do sector. A nacionalização da água, no mesmo sentido, protege os consumidores.

Alterar o modelo de consumo é uma transformação de civilização que é mais difícil do que a generalização das energias renováveis como substitutos para as actuais fontes energéticas. Trata-se portanto de impedir que seja o mercado a fazer escolhas (de curto prazo) sobre a energia e os produtos, mas de impor, contra o mercado, o primado das escolhas sociais e sustentáveis a longo prazo.

Em terceiro lugar, é preciso alterar as regras das relações Norte-Sul. Os países dependentes sofrem a tripla maldição do Império: uma história de sobre-exploração do trabalho, de espoliação de recursos e de troca desigual no comércio internacional e agora de pilhagem ambiental.

Os pulmões planetários da floresta tropical são destruídos pela lógica mercantil da expansão da agro-pecuária industrial e em particular pela produção intensiva de cereais com Organismos Geneticamente Modificados. A urbanização intensiva nos países do Sul – muitas cidades da Ásia e da América Latina atingirão 30 milhões de habitantes em 2025, aumentado a pobreza – é um dos efeitos da

destruição da pequena propriedade rural e da falta de alternativas económicas como de condições de acesso à modernidade para milhões de camponeses. Destruição da floresta e do campo e urbanização miserabilizante são consequências destas relações imperiais Norte-Sul.

O Bloco defende que a Europa deve assumir uma ruptura com este modelo, de que foi beneficiária durante séculos. Não existe justiça ambiental sem responder a esta desigualdade, e por isso a esquerda socialista deve propor: a criação de uma Organização Mundial para o Ambiente e de um Fundo Mundial de adaptação e de transferência de tecnologias limpas sem imposições financeiras e para os sectores públicos do Sul; a imposição de uma moratória quanto aos OGM, substituindo a sua produção por alternativas viáveis; a anulação da dívida do Terceiro Mundo.

Nomeadamente, o Bloco defende o fim do regime de patentes na saúde e nas tecnologias para a produção de bens de consumo e de serviços essenciais (transportes, indústria ligeira, água e energia, comunicações), para que todas as populações do planeta possam ter acesso aos bens fundamentais e tomar parte das decisões.

Ao defender estas três grandes mutações civilizacionais, o Bloco de Esquerda tem consciência da globalização de mobilizações que elas exigem. Mas só à escala internacional é possível dar resposta efectiva a estas questões. **Essa globalização impõe que em cada país ou região se tomem unilateralmente medidas necessárias, mas também que se imponham aos restantes países e regiões a solidariedade pela sustentabilidade.** Uma ordem baseada no direito internacional deve por isso prever a punição de governos que sejam responsáveis por delitos ecológicos, como deve contribuir para a redefinição das normas que certificam os produtos pela sua durabilidade, eficiência energética e capacidade de reciclagem e biodegradação, permitindo a prazo que só os mais ecológicos possam ser comercializados. Essa é a escolha de civilização.

6.6. Em 2050 seremos provavelmente dez mil milhões de seres humanos no planeta Terra. A aceleração das alterações climáticas lançou um alerta mas não produziu ainda modificações substanciais de políticas. A UE anunciou a redução unilateral de 20% das emissões até 2020 e um aumento de 20% de energias renováveis, sabendo-se que essas medidas são insuficientes. O governo dos EUA pode ajustar a sua posição depois

das eleições presidenciais, mas todas as suas políticas têm, desde sempre, favorecido o interesse económico predominante e são por isso hostis à redução global do consumo energético.

Existe, para esta mudança, uma dificuldade tecnológica quanto às alternativas energéticas. As alternativas desenvolvidas, como a das energias renováveis (eólica e outras) ou as técnicas de captura de CO₂, ou as alternativas em estudo (produção de energia a partir do agro-combustível, do hidrogénio), mesmo que bem sucedidas, não dispensam actualmente a redução do consumo global. As técnicas conhecidas de produção nuclear não resolvem o problema energético. A investigação científica pode prometer novas oportunidades, nomeadamente se fosse possível utilizar eficientemente parte do fluxo da energia solar que atinge a Terra, e que é 7 a 8000 vezes superior ao consumo mundial da energia. Mas nenhuma dessas promessas é hoje uma realidade.

Mesmo que tal venha a ser possível no futuro, a dificuldade essencial continua a ser social e política, a da garantia da equidade no acesso à energia, ou seja, da democracia no mundo. Tanto para a escolha das prioridades dessa investigação quanto para a distribuição dos seus benefícios é preciso romper com a lógica do mercado capitalista. **A questão colocada pela justiça ambiental é precisamente esta: só o planeamento das capacidades permite responder à urgência, só a desmercantilização do mundo permite utilizar os recursos disponíveis para as soluções necessárias.** A acumulação privada e a lei do mercado conduziram inexoravelmente ao desperdício e aos maiores riscos. Só a democratização da decisão pode agora evitar o perigo, socializando e internacionalizando os recursos disponíveis.

Os diferentes modos de produção foram até hoje economias predadoras, como o tem sido o capitalismo ocidental, e o mesmo aconteceu com a URSS anteriormente e com a China de hoje. O capitalismo tem sido o modo de produção predador mais bem sucedido, porque a sua única medida do sucesso é a valorização vertiginosa para a acumulação. Marx argumentava que o valor como forma histórica particular da riqueza cria a ilusão da acumulação material ilimitada para todo o sempre: essa ilusão move a economia. Estamos hoje a entrever os horizontes limitados dessa acumulação ilimitada. O mercado capitalista é a forma mais eficaz de destruição dos ecossistemas e do planeta.

6.7. A esquerda socialista defende por isso dois grandes objectivos para a energia: a redução da intensidade energética com a redução do consumo, e a descentralização das redes de produção e distribuição para escalas de proximidade. A transformação do regime da energia ou a descarbonização dos consumos exigem investigações muito centralizadas e com grandes recursos. Mas permitem também soluções com formas mais descentralizadas de produção e distribuição, em particular com as energias renováveis que devem sustentar, em pequena escala, redes locais que auto-sustentem as cidades e onde o consumidor é também produtor, o que contribui para novos comportamentos para a eficiência energética.

O segundo objectivo da democracia ambiental é a mudança da utilização do território. A vida urbana é a condição da existência moderna e, no século XXI, a maior parte da população viverá em cidades e procurará aí as suas oportunidades. As cidades devem por isso criar essas oportunidades. Mas, mais uma vez, a especulação como modo de acumulação provocou fracassos sucessivos e, onde as cidades são mais integradoras, é onde o planeamento urbano se impôs contra a especulação imobiliária.

É preciso agora estender esse princípio do planeamento urbano a novas dimensões. A redução da periurbanização é importante por razões de combate à exclusão social mas também de racionalização das deslocações pendulares. A criação de áreas sociais e verdes é importante pelas oportunidades culturais e conviviais que criam, mas também para a redução da artificialização e da impermeabilização contínua dos solos. O desenvolvimento dos transportes colectivos e de modos não agressivos de transporte conduz à reconquista do espaço público.

Finalmente, a democracia ambiental desenvolve o fundamento da própria democracia. É certo que existe sempre uma tensão entre a actuação das políticas no curto e no longo prazo: o tempo da fruição das escolhas individuais é imediato, e normalmente não reconhece o tempo lento das suas consequências sociais. O capitalismo, ao impor um modelo de racionalidade medida pela acumulação privada, extremou esta distinção.

Nesse contexto, a escolha civilizacional da justiça ambiental e social exige uma democracia radicalmente universalizada, e essa só se pode reconhecer num regime de informação aberto, de decisão global para os problemas globais e de uso razoável

dos recursos. Ao defender a partilha mundial, a democracia ambiental assume o princípio do socialismo.

Na política concreta, a que quer criar a relação de forças para esta mudança radical, as soluções energéticas devem transformar-se num factor da inovação e de novos padrões de vida e de mobilidade, não poupando às pessoas as escolhas difíceis. Porque são elas que trazem novas oportunidades de reinvenção do emprego, de reconquista de direitos laborais e sociais, de reapropriação do espaço público, de ampliação da justiça social para todos.

7. POLÍTICA DA ESQUERDA SOCIALISTA E MOVIMENTOS SOCIAIS

7.1. O Bloco de Esquerda nasceu da rejeição da política tradicional que, à direita e à esquerda, organiza os partidos como instituições ideologicamente fechadas, politicamente centralizadas, culturalmente esvaziadas e portanto eleitoralistas. O modelo de partido dominante que se impôs ao longo do século XX deriva de uma visão uniformizante da política como a gestão do poder e do poder como uma forma de exclusão e de opressão social. Na direita e na social-democracia, afirmaram-se assim federações de interesses dominantes que ganham corpo na ocupação do governo, usando os partidos como instrumentos de carreiras subordinadas à defesa desses interesses. A alternância entre o PS e o PSD em Portugal esvazia a política tanto porque afirma o continuísmo da governação, quanto porque hostiliza qualquer pensamento político ou proposta que ultrapasse o situacionismo das medidas liberais. A política burguesa tornou-se um vazio.

7.2. A esquerda socialista concebe a política e os seus instrumentos a partir da luta social e da necessidade de representação de interesses em conflito. Por isso, o Bloco pretende criar uma nova cultura de política: um movimento que seja plural, porque essa é a condição de exprimir a complexidade social, que seja aberto, porque essa é a condição de mobilizar vontades e energias políticas novas, e que seja politicamente claro sobre os seus objectivos. O Bloco deve ser mais plural e mais aberto para ser mais combativo e mais propositivo.

Uma nova cultura da política na esquerda deve ainda ter duas características fundadoras: deve desenvolver convergências unitárias mobilizadoras e deve promover a afirmação de movimentos autónomos que trans-

formam a luta social.

A política unitária da esquerda socialista é parte da sua visão estratégica da transformação social: são necessárias convergências para formar canais de luta maioritária. A experiência das campanhas do Sim no referendo para a despenalização do aborto foi a expressão exemplar dessa política unitária: para ganhar a maioria absoluta dos votos, os movimentos do Sim organizaram sectores profissionais que eram fundamentais tanto para a luta simbólica como para a concretização da lei, e juntaram protagonistas políticos num vasto arco de alianças para isolar o Não, para alargar o Sim e para ganhar a convicção da sua vitória. Esse é o tipo de convergências que determinaram a vitória contra o conservadorismo e que, nas circunstâncias diferentes de outros confrontos, aconselham o empenho na criação de formas de diálogo e cooperação entre quem partilha a defesa de alternativas concretas.

A afirmação de movimentos sociais com autonomia, como representação de uma classe social (os sindicatos) ou de interesses sociais e políticos (a luta ecologista ou feminista, dos imigrantes, ou das comunidades LGBT) ou ainda de resposta a discriminações (associações de portadores de deficiência ou outros), é estratégica para a existência de uma esquerda social. E esses movimentos só podem existir se assumirem formas de democracia em acção, se criarem densidade de redes de associação e cooperação e se forem protagonistas da defesa de medidas aplicáveis e que mudam a vida das pessoas.

A relação entre as iniciativas políticas e as sociais não é fácil, tanto pelos preconceitos anti-partidários, como por erros dos partidos, e o Bloco também os cometeu. **A multiplicação do activismo com a criação de fóruns e alianças ou movimentos para a acção, plurais e abertos, são sempre as chaves para a superação dos limites do associativismo e das suas relações com a política.**

7.3. O Bloco rejeita a experiência sufocante de partidos-guia que formam um arquipélago de organizações sociais pilotadas, porque reduzem a luta social. Essa experiência não terminou, porque norteia a acção de muitos partidos, mas é-lhes fatal porque determina o estrangulamento dos movimentos sociais. Pelo contrário, para o Bloco, o factor decisivo na mudança de capacidade da esquerda para responder à crise depende do entrelaçamento das esquerdas sociais e das esquerdas políticas. Nesse relacionamento, a prioridade para

a esquerda socialista é a acção no mundo do trabalho e essa acção é predominantemente política.

Por isso, o Bloco rejeita a partidocratização dos sindicatos e dos movimentos, porque ela proíbe a democracia mas ainda porque implica a despolitização desses sindicatos e movimentos. Um sindicato reduzido a um partido exclui a maioria dos trabalhadores. O risco de muitos sindicatos e da CGTP é sempre o de se fecharem, quando se deviam abrir; é isolaram-se, quando deviam abranger mais desempregados, mais trabalhadores precários, mais imigrantes, mais combates que aumentam o reconhecimento do papel social do trabalho; é tornarem-se mais institucionais, quando deviam ser mais sociais.

A sectarização partidária agrava ainda as dificuldades de renovação de quadros sindicais, num momento em que o ataque aos direitos colectivos e em particular ao princípio da contratação, ou a afirmação da individualização e da globalização tem feito recuar o sindicalismo. Sendo a maioria dos trabalhadores aderentes do Bloco de Esquerda parte da CGTP ou dos sindicatos representativos do seu sector, e estando o movimento empenhado na afirmação da emancipação do trabalho como pilar do projecto socialista e na mobilização dos trabalhadores contra as políticas liberais, a esquerda socialista deve sempre opor-se ao estreitamento da central sindical, à marginalização de dirigentes ou activistas por imposição de razões partidárias, e deve defender a democracia que abre a central sindical aos problemas dos dias de hoje.

7.4. O Bloco não tem uma tendência sindical nem apoia a criação de tendências sindicais partidárias, mas precisa de construir uma rede social de influência, uma rede de activistas, que valorize o trabalho de base, a comunicação entre todos, como uma articulação activista de acção política numa organização voluntária.

O respeito pela autonomia e pluralidade das organizações sindicais não diminui, antes sublinha a importância da acção dos activistas da esquerda socialista, que procuram a ampliação, a combatividade e o sucesso das mobilizações e da representação dos trabalhadores. Nas Comissões de Trabalhadores, na central sindical e nos sindicatos, a esquerda socialista é coerente com a sua agenda política e contribui para a mobilização geral. Os activistas do Bloco devem procurar merecer a confiança dos seus colegas de trabalho para serem eleitos para estas Comissões, ou para a responsabi-

lidade de delegados e dirigentes sindicais, e devem assim conduzir uma intervenção de acordo com a sua experiência e opinião. A criação de enlaces e formas de cooperação entre organizações representativas que promovem uma política unitária e combativa demonstrará a viabilidade de alternativas no movimento dos trabalhadores.

A intervenção laboral do Bloco de Esquerda é assim organizada em rede, respeitando a autonomia de acção dos aderentes que promovem a disputa de ideias e propostas na luta quotidiana das organizações associativas dos trabalhadores.

A reunião sectorial de aderentes para discutir as políticas da energia, dos transportes, das telecomunicações, da indústria automóvel, do sector financeiro ou de outros sectores deve permitir a comunicação e o encaminhamento de respostas estratégicas para cada sector.

7.5. A criação de um centro de formação e de culturas do trabalho é um contributo para o estudo histórico e político, para o conhecimento técnico e jurídico que apoia processos reivindicativos e para o apoio ao activismo. Esse Centro inicia a sua actividade em 2007.

7.6. Para a grande maioria dos jovens e para um número crescente de trabalhadores, o contrato de trabalho é precário e desvinculado de direitos fundamentais. Assim, para milhares de trabalhadores, o biscate substitui o emprego, ou a jornada numa agência de trabalho temporário substitui a relação contratual com a empresa onde se presta serviço. Essa política social destrói o salário indirecto e reduz a protecção da segurança social, comprime o salário directo que é purgado por comissões e descontos abusivos e impede a organização social reivindicativa.

O Bloco considera uma prioridade o impulso a redes associativas e reivindicativas entre estes trabalhadores, porque o precariado é a parte mais vulnerável e mais explorada da sua classe, seja em profissões altamente qualificadas seja no comércio ou na construção.

7.7. O movimento alter-globalista em Portugal demonstrou potencialidades e vulnerabilidades. O 1º Fórum Social Português demonstrou que havia organizações não governamentais e activismo social que se queriam encontrar e inverter esta situação paralisante. Em contrapartida, no 2º Fórum pesou a configuração

partidária em que ainda predomina a visão instrumental dos movimentos sociais, que é a do PCP.

Para responder a este impasse, o Bloco deve contribuir para encontrar agendas comuns entre os que partilham uma visão aberta do movimento, e que dê lugar a acções e campanhas unificadas, como por exemplo para a retirada das tropas portuguesas do Afeganistão, para a resposta às alterações climáticas, para a expressão do precariado, ou para afirmar a igualdade de direitos das comunidades LGBT contra os ódios discriminatórios.

8. PRIORIDADES DE ORGANIZAÇÃO DO BLOCO: COMUNICAÇÃO E ACTIVISMO ALARGADO

8.1. Ao longo dos seus oito anos de existência, o Bloco de Esquerda mudou o mapa nacional, determinando o fim da monopolização da política por quatro partidos institucionais. Essa mudança não é ocasional nem passageira, é estruturante e permanente. Mas o contributo mais importante do Bloco tem sido mobilizar uma nova política que começou a definir a esquerda socialista em Portugal. Essa foi a escolha que transformou o Bloco de Esquerda numa força de influência e de luta, e é nessa escolha que a Convenção prossegue.

O Bloco é hoje esse movimento organizado. Mas que tem limites marcantes: não se alargou o que era necessário e vive com rotinas organizativas que o fecham, activismo ainda reduzido, democracia interna pouco participada e presença pouco politizada. A esquerda socialista precisa de ser muito mais.

8.2. O Bloco é um movimento que, tem a forma legal e actua com as responsabilidades de um partido – disputa as eleições, desenvolve alternativas e assume a responsabilidade de representar quem nele confia – mas de modo profundamente diferenciado da política institucional tradicional.

Essa é a sua particularidade única como movimento: onde os partidos tradicionais desprezam as ideias, o Bloco valoriza o debate político e reconhece que este só existe se for plural; onde os partidos tradicionais ignoram a estratégia porque a substituem pelo situacionismo social, o Bloco discute e empenha-se na transformação da relação de forças social; onde os partidos tradicionais procuram lugar para as carreiras individuais na ocupação de cargos e no cálculo de trajectórias políticas, o Bloco ataca a política que

exclui e afirma a política que inclui os protagonismos, as vozes, os movimentos dos sectores mais explorados e discriminados da sociedade.

Essa é a diferença que define o Bloco e o seu modo de organização, e que exclui muitos dos caminhos que na esquerda se têm percorrido:

- O Bloco não pretende ser um partido de eleitores, que é necessariamente um aparelho altamente profissionalizado e cuja relação social é predominantemente estabelecida por via dos *media*;
- Não pretende ser um partido de propaganda, para repetir algumas ideias criando uma devoção interna elevada, mas retirado da intervenção que disputa de transformações menores e maiores das relações de força;
- Não pretende ser um partido fechado sobre si mesmo, sobre a sua memória e a sua saudade.

A esquerda socialista define-se por uma outra ambição política, por ser um partido da acção na luta social, um partido das ideias na recusa do pensamento débil ou do pensamento único. E a política define a organização. **A organização deve por isso responder a esta agenda: acção social para movimentos dos explorados, disputa em todos os terrenos da representação eleitoral, criação de plataformas e movimentos alargados para enfrentar o governo, descentralização para a criação de espaços para todos os activismos.**

8.3. A política define a organização e a organização é erguida pela informação e pela comunicação. Um movimento como o Bloco só pode crescer se criar fluxos de informação que o afirmem como um lugar único de acção e de debate político, e se criar comunicação de ideias fortes na sociedade.

O Bloco é aberto. O Bloco deve incluir pessoas que partilham ideias e projectos e que assim se definem pela política. **O Bloco deve estar aberto a milhares de aderentes, que sejam parte importante da parte activa dessa força social, e é assim que se alargará e rejuvenescerá.** É também uma representação social: deve incluir trabalhadores de todas as idades, com experiências profissionais diferentes, de sectores e regiões que são o mapa de todo o país, e de todas as condições – o proletariado moderno inclui o *precariado* e os pobres. Quanto mais aberto e representativo, maior será a diversidade interna do Bloco e é assim que o queremos.

Entre esses aderentes, muitas e muitos serão activistas que se organizam voluntariamente em redes e espaços de iniciativa. A prioridade da organização é desenvolver mais activismo com mais activistas, com mais acção e com mais protagonismos. A comunicação para a sociedade e da sociedade depende desta rede de activismos, de grupos de trabalho que geram iniciativas, partilham informação, decidem modos de comunicação e as suas prioridades. Essas redes podem assumir muitas formas: campanhas temáticas, grupos de trabalho para discussão e para desenvolver uma causa. O activismo tem uma prioridade e é assim que se mede: criar movimento na sociedade.

Estes espaços não substituem o Bloco como tal, que define a agenda que pretende que marque a política e que a desenvolve de forma concentrada e procurando o maior impacto, mas pelo contrário reforçam a definição dessa agenda a partir da experiência da acção.

8.4. Ao longo dos últimos dois anos, o Bloco começou a mudar a sua forma de organização, em particular com a eleição nas últimas autárquicas de centenas de representantes nas juntas de freguesia e deputadas e deputados municipais, e de alguns vereadores. Empenhado no combate à corrupção e na apresentação de programas concretos, em Lisboa, em Salvaterra e em todo o país, esta representação autárquica obrigou o Bloco a começar a responder a problemas locais da população.

A realização anual da Conferência Autárquica aberta às e aos eleitos e a quem colabora na acção local e a criação de um boletim autárquico foram passos no sentido de melhorar este trabalho. Será criado um Gabinete de Apoio aos Autarcas para informação e suporte técnico às eleitas e eleitos.

Essas modificações impulsionam a escolha de agendas locais para o trabalho do Bloco, que corresponde a um processo de amadurecimento e de capacitação que está ainda no seu início. Mas essa descentralização vive com o espaço de decisão próprio das organizações concelhias, permite mais democracia, mais envolvimento dos aderentes no debate, e portanto mais responsabilidade repartida. São necessárias mais agendas locais com mais protagonismos locais: a descentralização do trabalho do Bloco nasce na base, com a ocupação destes espaços de comunicação pelas organizações que se tornem mais abertas e mais intervenientes.

A importância do trabalho autárquico crescerá

dentro do Bloco. A apresentação de candidaturas assume esse empenho: quem é eleito deve desempenhar da melhor forma o seu mandato. Mas esse mandato não deve fechar a intervenção do Bloco, deve pelo contrário abri-la através da escolha de temas, em particular quanto à vida social do concelho. O Bloco deve por isso valorizar com muito mais atenção o contacto directo com a população para o debate dessas propostas e para as mobilizações que são sempre decisivas.

Esta mudança valoriza também o papel das organizações concelhias dentro das estruturas distritais. As coordenadoras concelhias, que são eleitas pelos aderentes, acompanham a actividade dos eleitos e definem prioridades. É a partir das concelhias e dos núcleos que o Bloco deve impulsionar o seu trabalho com as populações locais.

8.5. O Bloco dará cada vez mais importância à comunicação. A comunicação impõe regras de organização, em particular a formatação das estruturas internas para produzirem acção e proposta junto das populações nas cidades e localidades, dos trabalhadores, dos jovens e de toda a sociedade. A função das estruturas é produzirem informação, propostas e iniciativas.

O portal **esquerda.net** constitui, desde há menos de um ano, uma das principais inovações no modo de comunicação política em Portugal, fazendo informação, opinião, blog, debate, pensamento, acompanhando a acção e criando cultura. Nos próximos anos, este caminho levará a revolucionar os modos de comunicação que eram dados como certos no século passado: a agitação e o debate de ideias na era da Internet é um processo muito mais exigente e muito mais partilhado, e são esses mecanismos de descentralização e de democratização que devem oferecer respostas e informação formatada pelo utilizador, que pode ser também produtor. Os modos de contacto com as pessoas mudarão, as mensagens terão novas plataformas tecnológicas, as reuniões podem ter conteúdos mais intensos – a acção política é comunicação e mobilização. A democracia terá mais conteúdos, porque a participação deve aumentar para que este modo de comunicação enfrente o monopólio e a aculturação letárgica que é a alienação dos dias de hoje.

No Bloco deve haver espaços múltiplos para o debate político, que é uma forma de organização. **A comunicação exige também Assembleias abertas em que as pessoas debatem a política. Assim, as organiza-**

ções distritais, concelhias ou regionais organizarão regularmente ao longo do ano Assembleias para debate das grandes questões, em que se exprimam as opiniões dos aderentes e de quem acompanha e participa no esforço da esquerda socialista.

8.6. O modo de comunicação baseia-se essencialmente nas agendas locais, nas campanhas intensivas, nos grupos de trabalho e centros de iniciativas, na informação do portal e nas assembleias. Mas o Bloco desenvolve no mesmo sentido outros meios de informação e organização:

- O *ParticipAcção*, revista de reflexão sobre o trabalho, que passa a suportar a actividade do Centro de Formação,
- O *Esquerda*, jornal mensal de divulgação, para constituir uma rede de assinantes envolvendo todos os aderentes e quem queira saber das iniciativas e ideias do Bloco,
- A revista *Rede Local*, para o trabalho autárquico, para dar instrumentos de trabalho e conhecimentos técnicos, jurídicos e políticos aos nossos eleitos e àqueles com quem trabalhamos.

A essas publicações deve acrescentar-se uma Revista de debate de ideias, a partir do portal *esquerda.net*, trabalhando os seus dossiers temáticos e acrescentando artigos de reflexão sobre os grandes debates políticos.

Este ano, o Bloco dará sequência às anteriores universidades de verão sob uma nova forma, um fórum de ideias, o *Socialismo 2007*, convidando experiências, protagonistas, activistas e a reflexão sobre a política, história, economia, cultura ou ciência.

8.7. O trabalho de juventude tem duas dimensões.

Uma é nas instituições que definem a vida social de parte dos jovens – as escolas – onde o Bloco deve intervir organizadamente para desenvolver o movimento estudantil mas também para promover identidades internacionalistas, movimentos contra as guerras, culturas alternativas e legalização das drogas leves, campanhas de igualdade de género ou contra as discriminações sexuais, ou contra o racismo e a xenofobia. Esses núcleos de jovens do Bloco, envolvendo os que estudam e intervêm nas escolas e tendo como prioridade organizar os jovens mais jovens, elegem delegadas e delegados a uma Conferência de dois em dois anos, votam a sua coordenadora

nacional e decidem os seus modos de actuação.

Outra dimensão é o activismo de muitos outros jovens, trabalhadores, precários ou desempregados, que fazem parte das estruturas do Bloco onde criam os movimentos necessários para a sua acção.

8.8. A V Convenção aprova uma orientação política que mobiliza o Bloco para a sua opção fundamental: criar uma alternativa da esquerda socialista que se torne determinante no país. Para isso, escolhemos formas de organização e prioridades, e mobilizamos todas as nossas capacidades.

Em várias áreas de trabalho, a Mesa Nacional deve eleger coordenadoras nacionais para promover essa intervenção: a Coordenadora Nacional Autárquica, a Coordenadora Nacional do Trabalho, a Coordenadora Nacional do Ambiente.

Como aconteceu desde a formação do Bloco, a organização de Conferências temáticas deve constituir um convite aberto, deve ouvir opiniões e experiências que definam alternativas, deve convidar os aderentes para uma discussão aberta. Quanto aos serviços sociais como a saúde, na educação, no ambiente, ou em temas transversais como a política de cidades, o combate à exclusão, o Bloco tem convocado estas conferências e esse deve ser o caminho para constituir massa crítica à esquerda.

Na sua estrutura profissional, o Bloco deve manter um sistema que crie centros eficientes na informação aos aderentes, aos eleitos e ao activismo, e que permita responder a exigências técnicas decorrentes das normas da lei, nomeadamente os deveres de transparência administrativa e contabilística. Em qualquer caso, não deve criar um aparelho pesado. Definimos um objectivo de funcionamento, e mantemos o nível da estrutura actual. O Bloco tem cerca de 50 sedes e é provável que ainda venha a abrir algumas em concelhos do interior ou em algumas zonas densamente povoadas; mas será um incremento limitado. Essas sedes devem contudo funcionar não só como centros de suporte de campanhas mas ainda como centros de actividades.

A esquerda socialista será assim um lugar de activismo, um cruzamento de opiniões, uma fertilização do debate político e um movimento concentrado nos grandes objectivos do combate político e social anti-capitalista.